



ACÓRDÃO Nº 956/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1617/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Rossieli Soares da Silva – Secretário de Estado de Educação e Qualidade de Ensino e Ordenador de Despesas.
- 6- **Advogados:** Leda Mourão da Silva – OAB/AM 10.276, e Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11.193 e Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11.414.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4655/2017-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl.359).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Fixação de Prazo. Remessa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas de Educação Básica**, sob a responsabilidade do senhor **Rossieli Soares da Silva**, Secretário de Educação e Qualidade de Ensino Geral e Ordenador de Despesas, exercício 2014, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticado com grave infração à norma legal (irregularidade “2” do Relatório Conclusivo da Unidade Técnica);

- 10.2. **Considerar em Alcance o senhor Rossieli Soares da Silva**, Secretário



ACÓRDÃO Nº 956/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Educação e Qualidade de Ensino Geral e Ordenador de Despesas, exercício 2014, no montante de R\$ 1.420.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte mil reais), em razão das irregularidades apontadas nos itens 2 do Relatório da Unidade Técnica, em pleno cumprimento ao inciso I do art. 304 da Resolução n. 4/2002 (RI-TCE/AM);

- 10.3. Aplicar ao senhor Rossieli Soares da Silva**, Secretário de Educação e Qualidade de Ensino Geral e Ordenador de Despesas, exercício 2014, a multa no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração à norma legal e regulamentar, considerando à irregularidade “2” do Relatório da Unidade Técnica;
- 10.4. Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que o supramencionado Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor declarado em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96);
- 10.5. Fixar** o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor relativo à multa, com comprovação perante este Tribunal do valor recolhido, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96 c/c §4º do art. 174 do RI/TCE-AM, corrigido monetariamente, caso o valor recolhido ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);
- 10.6. Remeter** os autos à DICREX para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução nº 03/2011-TCE;
- 10.7. Determinar** à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- a) cumpra o disposto no art. 5.º do Decreto n. 27040/2007, o qual determina que a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino publicará através de ato próprio a relação das escolas premiadas e a forma de pagamento, cabendo às mesmas, ouvida



ACÓRDÃO Nº 956/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

a comunidade escolar, decidir sobre a utilização dos recursos;

- b) dê publicidade quanto à relação dos profissionais da educação da rede pública estadual de ensino premiados e a forma de pagamento; e
- c) observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da respectiva Conta como irregular, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

Rejeitada a proposta de voto do Relator Auditor Alípio Reis Firmo Filho quanto à aplicação de multa ao Controlador Geral do Estado, Sr. Leopoldo Peres, de acordo com o Voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Outubro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral